

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: VERA LUCIA NOGUEIRA

TÍTULO: INSTRUÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA NAS MINAS PROVINCIAIS DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX

AUTORES: VERA LUCIA NOGUEIRA, VERA LÚCIA NOGUEIRA, DALVIT GREINER DE PAULA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): Fapemig

PALAVRA CHAVE: PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, INSTRUÇÃO PÚBLICA, PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

RESUMO

Esta comunicação resulta da pesquisa que vimos realizando com o objetivo de investigar o impacto da alta rotatividade no cargo de presidente da província de Minas Gerais na formulação das políticas de instrução pública primária, no período de 1850 a 1889. O interesse dos historiadores da educação pelo século XIX tem possibilitado um aumento considerável da produção nessa área. No entanto, embora tenha havido em todo o país um crescimento significativo desses estudos, nos deparamos ainda com muitas lacunas. Nossa investigação tem buscado, nesse sentido, contribuir para o preenchimento de lacunas relativas às "estratégias governamentais", em especial, aquelas voltadas para a promoção da instrução pública primária na província de Minas Gerais. Estamos compreendendo a instrução como parte integrante do processo de organização do próprio Estado Nacional, na qual repercutiam as consequências das vicissitudes dos interesses políticos e sociais das elites que estavam à frente da condução desse processo no interior das províncias. O estudo da província de Minas Gerais acompanha o movimento crescente de investigações relativas à historiografia local e fundamenta-se nas proposições que elegeram "o regional" como importante eixo teórico-metodológico na produção da pesquisa e no ensino de história da educação, a partir do início dos anos de 1990. A história regional é uma abordagem que faz parte das mudanças na historiografia desde o início do século XX e que permite fazer recortes investigativos mais voltados para a dimensão sociocultural dando visibilidade a aspectos encobertos pela história nacional, tomada como hegemônica, geral e centralista. Fundamentados nas discussões da História Política e da História da Educação analisamos os dados obtidos a partir das seguintes fontes: Anais da Assembleia Legislativa Provincial, Leis Mineiras, Fallas e Relatórios encaminhados a essa Casa pelos presidentes e vices que ocuparam o cargo no período aqui estabelecido. A coleta de dados tem se dado no Arquivo Público Mineiro, nas bases do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar - da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e no site da Universidade de Chicago. Pode-se destacar que a partir dos anos de 1850, com o fim das revoltas liberais, tanto no âmbito da Corte quanto no das províncias houve uma intensa mobilização política em prol da implantação de um sistema de educação pública no país. Consta-se, desde então, no caso das diversas províncias e, em especial da mineira, a criação e profusão de dispositivos jurídicos visando à organização do ensino público, o que elevou à cena política os sujeitos responsáveis pela produção desse aparato jurídico. Esse movimento evidenciou uma grande tensão existente entre o legislativo e o administrador dos negócios da Província, o presidente, homem de confiança de sua Majestade, o Imperador do Brasil. A relação entre os deputados provinciais e os presidentes nos coloca diante do jogo de forças que se estabeleceu entre o governo provincial e a força política local, em especial, no momento de discussão e de produção das leis e regulamentos relativos à instrução pública. Vimos que a autonomia provincial resultava da acirrada disputa no governo central e o papel do Rei, com a criação do cargo de presidente de província, foi condição essencial para a manutenção e a unidade do Império. Os presidentes, tidos como delegados e por delegação do Rei, atuaram como um pequeno poder moderador e um grande supervisor das ações da Assembleia Provincial. Os presidentes, reconhecidos como peças fundamentais de integração do Império sob a égide monárquica constitucional operavam nos moldes da função e legislação romanos donde veio a etimologia da palavra: que age no lugar do rei, como um pró-cônsul, um procurador local registrando em seus relatórios a situação do território governado e remetendo para o Imperador e a Assembleia Geral aquelas questões mais delicadas, principalmente acerca dos gastos públicos. Observa-se uma ponta de desgosto com a Assembleia Geral que fazia do cargo de presidente – uma vez que a vice-presidência era assumida por um dos deputados provinciais - ora um acerto de contas com a oposição, ora um arranjo com a situação fazendo as nomeações acontecerem ao sabor das brigas políticas centrais e a morosidade administrativa do Império. Porém, como não existe vazio de poder a disputa política entre os Poderes, iniciada após a Independência, continuou ao longo do Segundo Reinado com o cargo sendo ocupado, mais vezes e por mais tempo, pelos vice-presidentes, eleitos e indicados pela Assembleia Provincial.